

Trabalho, comunicação e desenvolvimento

César R. S. Bolaño*

Resumo Este artigo procura apresentar de forma sintética o debate em torno da questão atual referente às relações entre comunicação e desenvolvimento. Considera-se que é no nível das leis gerais imanentes da produção capitalista que a questão deve ser posta, de início, para esclarecer de forma completa o problema em tela. Sugere-se que o sistema é caracterizado, cada vez mais, por uma dupla contradição: capital-trabalho/economia-cultura. O caráter contraditório dessa situação, que abre possibilidades de autodeterminação e ao mesmo tempo impossibilita a sua efetiva realização, pode ser esclarecido, em termos econômicos, considerando o duplo movimento de expansão coordenada da lógica mercantil e de um setor não mercantil, que se dá, hoje, a serviço do capital, mas apontando já para a possibilidade de um novo e mais avançado modo de produção.

Palavras-chave trabalho; comunicação; desenvolvimento

Work, communication and development

Abstract This article attempts to synthesize the debate around the pressing issue of the relation between communication and development. It considers that the issue must be considered within the framework of the immanent general laws of capitalist production, in order to throw light on the matter. It is suggested that the system is more and more characterized by a double contradiction: capital-labour/economy-culture. The contradictory character of the relation, which opens up possibilities of auto-determination and at the same time impedes its effective realization, can be cleared up, in economic terms, by considering a double movement of coordinated expansion of mercantile logic and a non-mercantile sector, which occurs now at the service of capital, but already pointing towards the possibility of a new and more advanced mode of production.

Keywords labour; communication; development

Introdução

Na perspectiva da crítica da economia política, a grande questão atual referente às relações entre comunicação e desenvolvimento pode ser formulada nos seguintes termos: a reestruturação capitalista em curso tem um impacto direto sobre os seus próprios fundamentos, sobre a relação capital-trabalho e a produção do valor e da mais valia e sobre a globalidade dos processos de

*Professor da Universidade Federal do Sergipe, coordenador da Rede Eptic. E-mail: bolano@ufs.br

acumulação de capital e de reprodução social do sistema. É no nível das leis gerais imanentes da produção capitalista, portanto, que a questão deve ser posta, de início, para esclarecer de forma completa o problema em tela.

Um aspecto central da reestruturação produtiva, nesse sentido – e extremamente enganoso – é o fato de que o modo de produção tem-se tornado essencialmente informático e comunicacional, dando relevância a uma série de teorias da comunicação, muito especialmente, a teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1981), para citar uma entre muitas. O enfoque da economia política da comunicação é justamente o da crítica imanente dessas teorias, no mesmo sentido da crítica da economia política de Marx.

Pode-se sintetizar a questão, dizendo que o sistema é caracterizado, cada vez mais, e hoje de forma muito evidente, por uma dupla contradição: capital-trabalho/economia-cultura. Com base nessa constatação, pode-se realizar a crítica e o esclarecimento das transformações atuais e do seu sentido ontológico, reconhecendo a importância da problemática da cultura e de uma perspectiva antropológica, como o próprio Marx reconhecera (KRADER, 1974, 1983), sem perder de vista, no entanto, a centralidade do trabalho enquanto expressão da humanidade do Homem. Essa articulação teórica deve ser feita, assim, de forma não eclética, reconhecendo o caráter de mediação que tem o trabalho e as especificidades a esse respeito do trabalho cultural e do trabalho intelectual em geral.

Muitos autores têm observado, desde os anos 1950, mudanças importantes e progressivas na estrutura do sistema, ligadas ao fato de que o trabalho passa por uma mutação. A insuficiência da maioria dessas análises levou a que autores vinculados a uma boa tradição crítica e marxista da sociologia e da economia do trabalho, no mais das vezes influenciados pelos enfoques regulacionistas franceses,¹ se insurgissem, apontando a permanência das relações de exploração capitalista e o caráter produtivo exclusivo do trabalho humano. Essas críticas são, em geral, bastante justas, mas não deveriam obscurecer o fato de que há uma mudança real em curso que é preciso explicar. A perspectiva teórica aqui adotada vem sendo desenvolvida no Brasil há anos, como alternativa crítica que se poderia chamar de marxiana, com as devidas ressalvas.

Eu próprio comecei a trabalhar sobre o tema, ainda nos marcos da construção de uma teoria marxista da comunicação, em 1993, ao formular o conceito de “acumulação primitiva do conhecimento” (BOLAÑO, 2000). Em 1995, formulei a hipótese da “subsunção do trabalho intelectual” (BOLAÑO, 1995), depois ampliada e aprofundada, a partir da leitura de Alfred Sohn-Rethel (SOHN-RETHEL, 1989), entre outros (BOLAÑO, 2002). A partir de 2002, venho desenvolvendo, sempre na perspectiva da Crítica da Economia Política do Conhecimento, uma série de pesquisas sobre o trabalho cultural, o intelectual acadêmico, como no caso da pesquisa biotecnológica e da produção acadêmica certificada, o trabalho médico, o jornalismo, a gestão do conhecimento.

Retornarei a estes últimos textos adiante, após analisar outras duas contribuições de colegas que vêm trabalhando nessa mesma perspectiva teórica, muitas vezes com divergências, algumas inclusive importantes, com os quais tive o prazer de dividir uma mesa de trabalho recentemente. Este artigo é fruto desses debates e reflexões vinculados à preparação e realização da mesa “Comunicação e Desenvolvimento”, no Seminário “Desenvolvimento em Questão: que sociedade da informação e do conhecimento?”, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2006. A idéia da coordenação da mesa era justamente a de começar a organizar e dar visibilidade

¹Para uma descrição e análise da contribuição da escola da regulação na perspectiva teórica deste texto, vide BOLAÑO (2003). O autor mais citado, entre os regulacionistas franceses, no que se refere aos estudos sobre os processos de trabalho é seguramente Benjamin Coriat (ver, por exemplo, CORIAT, 1976).

ao debate brasileiro nessa matéria.² Ruy Braga, da Faculdade de Sociologia da USP, faz uma crítica às teorias que vêm se debruçando sobre o tema, desde o século passado, enfatizando a permanência de trabalho precarizado na economia dita do conhecimento, enquanto Alain Herscovici, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, analisa as implicações dos novos processos de trabalho na teoria do valor. O objetivo é apontar a existência de um debate brasileiro sobre o tema, que pode ter uma incidência internacional maior, a partir do momento em que se lhe dê organicidade e visibilidade.

Pós-industrialismo, informacionalismo ou empresa neo-liberal?

Podemos citar, com Braga (2007), um conjunto de teorias que procuram explicar as mudanças pelas que vem passando o capitalismo desde o pós-guerra e, de forma acelerada e radical, a partir da crise estrutural dos anos 1970:

- Teses do fim do trabalho; ou do fim da sociedade do trabalho; ou ainda da utopia de uma sociedade do trabalho; ou do fim dos empregos;
- Teses pós-industrialistas; pós-modernistas; da chamada Sociedade da Informação;
- Visões ufanistas ligadas à idéia de enriquecimento do trabalho e da polivalência, que seduziram inclusive muitos autores críticos ou de esquerda; visões como a do ócio criativo e que tais;
- Teorias mais recentes sobre o capitalismo cognitivo, o trabalho imaterial, especialmente de autores franceses e, sobretudo, italianos, muito em voga neste momento.

Braga relaciona e ordena o essencial desse conjunto, a começar pela gênese dessas idéias nos anos 1950 e 1960, que culminariam na grande síntese de Daniel Bell (1973), que coroa a tendência teórica do pós-industrialismo, num momento de expansão ainda do sistema (BRAGA, 2007). Do ponto de vista do trabalho, para Bell, a mudança profunda da economia no pós-guerra leva a uma ampliação do trabalho com conhecimento, informação, comunicação, que tende a se tornar o eixo dinâmico para a produção do valor, dando um papel de protagonista à ciência, ao trabalho complexo, intelectual e aos arranjos institucionais que articulam a produção acadêmica.

Essa hipótese seria eclipsada pela crise dos anos 70, cedendo lugar a uma outra linha de pensamento, que tem a ver com a idéia de crise do fordismo. Propostas de arranjos institucionais não faltaram com o objetivo de retomar o crescimento e a lucratividade do capital. O mais paradigmático é o debate em torno do modelo japonês.³ Nos anos 90, surgem diferentes tentativas de produzir uma síntese entre pós-industrialismo e pós-fordismo.

Assim, chegamos, segundo Braga, às duas tendências atuais de renovação dessas teorias, representadas, paradigmaticamente, pelos trabalhos de Castells (1999) e Negri (NEGRI e HARDT, 2001, 2005; NEGRI e LAZZARATO, 2001). O primeiro apresenta a idéia otimista de um trabalho mais criativo numa cultura de inovação e a constituição de formas institucionais que

²Nesse sentido, agradeço a oportunidade que nos foi dada pelo Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc), coordenado pela UFRJ e o Ibict, que realizou o evento.

³Sobre o modelo japonês, na mesma perspectiva, vide Bolaño; Mattos (2004).

buscam estabilizar a dinâmica inovativa, da qual pouco se diferenciaria a escola cognitivista italiana de Negri, que acabou adquirindo enorme notoriedade na França e em certos círculos intelectuais da esquerda norte-americana.

Braga reconhece que esses autores revelam, de fato, um elemento da realidade atual. O problema é que escolhem um setor como o mais representativo da nova situação. Ele próprio, por sua vez, discute o desenvolvimento, na perspectiva geral aqui apontada, do ponto de vista do modo de regulação, pensando o lugar do trabalho, apoiado em estudos empíricos junto a trabalhadores das áreas de *telemarketing*, redes de pesquisa de nanotecnologias e engenheiros do pólo petroquímico de Camaçari.

Empiricamente, observa-se que houve uma mudança importante na transição do fordismo para um novo regime de acumulação, com predomínio da lógica financeira (CHESNAIS, 1996a, 1996b). Na nova situação, os setores associados a um trabalho criativo e autônomo são minoritários. A realidade da empresa muda e ela transita em direção a um tipo de empresa em rede com dominância financeira, que o autor prefere chamar “empresa neo-liberal”. Esse princípio, Castells não percebe: a hegemonia financeira. A empresa deve responder aos constrangimentos dos mercados financeiros e o trabalho também está exposto a isso.

Essa empresa neo-liberal pode ser pensada, segundo o autor, em 3 níveis:

1. O da empresa inovadora: um núcleo consistente, muito concentrado, para o qual se aplicam aqueles elementos sobre os quais Castells e outros insistem (criatividade e autonomia)
2. O da empresa neo-fordista, dos engenheiros, técnicos e outros quadros intermediários, que sofrem muito mais constrangimentos do que no período do fordismo.
3. O da empresa neo-taylorista, com trabalho precarizado. Também aqui a base produtiva é informacional. Aqui se enquadra a grande maioria dos trabalhadores em nível mundial, submetidos a um trabalho informacional degradado.

A informação, nos níveis 2 e 3, é mais difusa, podendo ser acionada de forma eficiente e eficaz pelo acesso aos sistemas de informação por parte dos trabalhadores intelectuais que dispõem do conhecimento tácito para inovar. Trata-se, em geral, de consumo e adaptação do conhecimento mais ordinário. No nível 1, ao contrário, o que opera é uma economia do conhecimento que não é pautada pela lógica da abundância da informação. Há uma forte concentração e monopolização do conhecimento nas grandes corporações multinacionais, nos grandes conglomerados. Aumenta aqui, ao contrário dos outros dois níveis, em que há uma apropriabilidade significativa, a brecha entre os países centrais e periféricos.

Os limites da forma mercadoria: um debate brasileiro

Para Alain Herscovici, nos anos 1970 e 1980, podia-se falar de uma invasão da lógica econômica nas atividades “imateriais” (cultura, informação e conhecimento). Hoje, no pós-fordismo, aplica-se, ao contrário, a lógica do imaterial na economia, com a mercantilização de várias atividades sociais: biotecnologias, conhecimento e cultura (HERSCOVICI, 2007). Isso a partir de um duplo movimento: economia financeirizada e economia não mercantil solidária, como ocorre, por exemplo, com o modelo dos *softwares* livres. De fato, os limites da forma mercadoria se dão por

esse duplo movimento contraditório: expansão da lógica mercantil e expansão de um setor não mercantil, de economia solidária (HERSCOVICI e BOLAÑO, 2005).

Ocorrem hoje modificações nas formas de subsunção do trabalho no capital e na natureza do capital, com a expansão do que alguns, inclusive o próprio Herscovici, chamam “capital intangível” e dos direitos de propriedade. O autor ressalta corretamente a problemática do caráter inquantificável da produção de valor na economia do conhecimento, tendo em vista que todo conhecimento novo só existe sobre a base de um acúmulo de conhecimentos antigos, o que torna o patenteamento, uma ação arbitrária. Ademais, é difícil justificar economicamente a atual expansão dos direitos de propriedade, pois ela ameaça a expansão do conhecimento, que deixa de ser, assim, cumulativo.

Os economistas têm dificuldade de lidar com esse caráter inquantificável da produção de valor no capitalismo atual, para a qual darei a minha própria interpretação adiante. O problema, como bem observa Herscovici, não é só de medida, mas um problema teórico completo. Falando do que chama de “divisão ambígua entre bens e serviços”, característica da situação atual, em que, por exemplo, o valor do celular não está relacionado ao do seu suporte material, mas o seu preço está ligado ao tipo de informação a que ele dá acesso, aponta que a concorrência, assim, não se dá pelos preços, mas pela informação contida em determinados suportes materiais. Serviços e bens materiais são, portanto, cada vez mais dependentes.

Nessas condições, a liquidez torna-se crucial para as empresas por causa da velocidade do progresso técnico, que exige uma realização rápida para o produto não se tornar obsoleto. Sabemos que, para Marx, o progresso técnico aumenta a composição orgânica do capital, isto é, o trabalhador põe em ação uma quantidade cada vez maior de capital. Segundo Herscovici, a situação hoje é diferente: o trabalhador tem que manipular (decodificar) uma quantidade cada vez maior de informações.

A respeito das tecnologias da informação e da comunicação, cita o famoso paradoxo de Solow, entendendo-o não apenas no que se refere à queda da produtividade do trabalho, mas também à da taxa de crescimento do PIB. Assim, o otimismo dos 70, segundo o qual a crise acabaria quando surgissem novos setores motores da economia, o que levaria a um novo ciclo de crescimento sustentado, hoje não teria sentido porque mudou a natureza do progresso técnico. Já não há apropriabilidade, os direitos de patente adquiriram um papel central no sistema e o progresso técnico é assimétrico, o que não permite impactos generalizados, apesar de um nível muito alto de inovação tecnológica.

Na definição do autor, o capitalismo industrial se caracterizaria pela escassez do capital material, enquanto o conhecimento seria disponibilizado gratuitamente para os capitalistas (o que não é bem verdade). No “capitalismo pós-industrial” (um conceito em si já problemático, pela marca histórica que carrega),⁴ ocorreria o contrário: uma abundância de capital material, enquanto o sistema dos direitos de propriedade cria escassez no acesso ao conhecimento. Aqui começam as nossas divergências.

Segundo Herscovici, a escola clássica (Smith, Ricardo e Marx) excluiria todas as atividades imateriais na análise do valor. Marx abriria, no entanto, uma possibilidade, ao falar dos limites da forma mercadoria e da autonomia da forma preço, nos Grundrisse (MARX, 1857, 1858), mas não no Capital (MARX, 1867, 1885, 1894). Para o autor, só se poderia falar em mercadoria

⁴Para uma crítica ao pós-industrialismo na perspectiva deste trabalho, vide BOLAÑO e MATTOS (2005), onde também se encontra uma crítica ao determinismo tecnológico de CASTELLS (1999), na mesma linha de GARNHAM (2000).

quando o trabalho concreto passa por uma mudança, pela qual se transforma em abstrato. O capitalismo nem sempre se caracterizaria pela generalização da forma mercadoria. Outras modalidades históricas do capitalismo existiram, segundo a sua interpretação dos trabalhos de Fernand Braudel, inclusive o período do mercantilismo, em que a forma mercadoria não seria hegemônica (HERSCOVICI, 2007), o que constitui uma contradição em termos.

Os limites da forma mercadoria estariam ligados à existência de produtos que não têm valor, mas têm preço, tal como Marx explicitou no capítulo primeiro do *Capital*. O autor, no entanto, procura um exemplo, o da obra de arte única (citando o caso de Van Gogh), que está mais ligado aos estudos de Bourdieu (vide especialmente BOURDIEU, 1977) que a Marx. A isso chama “trabalho cultural” e estende essa lógica a todos os “bens imateriais” (outra expressão sujeita a sérias ressalvas). Fala, nesse sentido, do caráter arriscado da compra de uma patente que pode não ter resultado depois, de forma semelhante ao que acontece com o mercado de arte. Assim, enquanto, no fordismo, seria possível uma regulação macro-econômica, consistente com os sistemas de organização do trabalho e de definição dos preços, via *mark up*, o que garante a estabilidade do sistema, no pós-fordismo, a instabilidade seria muito forte. O conjunto da economia funcionaria segundo a lógica especulativa do mercado de arte.

O equívoco aqui não é senão uma extensão daquele referente à análise da economia da cultura que o autor realiza em textos anteriores, os quais já tive a oportunidade de discutir em detalhe em outra ocasião, no bojo de uma crítica mais geral (interna e externa) à escola francesa da Economia da Comunicação e da Cultura (BOLAÑO, 2000, CAP. 4 e 5). Ao invés de retomar aquela crítica, expandindo-a também para a temática em tela, prefiro usar as páginas que me restam para apresentar resumidamente uma interpretação alternativa sobre os limites da forma mercadoria na atual economia dita do conhecimento.

Sobre a crítica da economia política do conhecimento

O conceito chave para a compreensão completa do problema é o de subsunção do trabalho intelectual. Antes de exceção ou inversão de uma tendência histórica, trata-se do aprofundamento das contradições imanentes do modo de produção capitalista, que procurei explicitar ao definir o conceito de “acumulação primitiva do conhecimento” (BOLAÑO, 2000). Assim, capital pode ser definido como poder econômico e conhecimento, desde a sua gênese, e a sua função histórica, a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, reside justamente na capacidade que teve de articular esses dois fatores, através de formas de acumulação primitiva, primeiro, e de exploração estrito senso capitalista, em seguida, dos poderes do trabalho humano.

A problemática da subsunção do trabalho é, portanto, crucial e a expropriação recorrente do conhecimento produzido pela classe trabalhadora faz parte, de uma ou de outra forma, dessa problemática, desde o início. A sua acumulação primitiva, primeiro, é que permite de fato, o real domínio do capital sobre processos de trabalho que ele próprio não inventou, mas herdou do artesanato, aperfeiçoando-os, ao adicionar-lhes o trabalho de mecânicos, engenheiros e outros intelectuais. Essa reorganização dos processos de trabalho tinha como objetivo ampliar a produtividade e redundou, com a Primeira Revolução Industrial, na desqualificação generalizada da classe trabalhadora e a decorrente concentração do conhecimento no interior do capital.

A isto Marx chama subsunção real do trabalho no capital e a Segunda Revolução Industrial é definida por ele como a extensão desse processo ao setor produtor das próprias máquinas, com o

que as potências do trabalho, a serviço da acumulação capitalista, ampliam-se de forma exponencial. O que tentei mostrar nos trabalhos citados acima, de 1995 e 2002, entre outros, é que a Terceira Revolução Industrial, no essencial, segue essa mesma lógica. A separação entre trabalho manual e intelectual, que está na origem da ruptura do poder das corporações de ofício, e sua reunificação no interior do capital acabará gerando a constituição de uma camada particular de trabalhadores intelectuais, relativamente autônomos, sobretudo no interior da grande empresa e do Estado no período do Capitalismo Monopolista.

O significado último do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), vinculadas à Terceira Revolução Industrial, reside justamente na subsunção desse trabalho intelectual, o que vem acompanhado de uma intelectualização geral de todos os processos de trabalho convencionais e do consumo, de modo que o conjunto das relações de produção e das relações sociais em geral se altera para adequar-se às novas exigências da acumulação capitalista.

Isto deveria ser suficiente para desmascarar a maioria das perspectivas ufanistas acima referidas, que vêm no desenvolvimento das TIC, uma tendência em si mesma libertadora. Mas há um complicador que por vezes os melhores críticos acabam esquecendo: o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas carrega, de fato, um potencial libertador que poderia realizar-se com a superação das relações sociais de produção alienadas, a partir da luta de emancipação da classe operária. A expansão da lógica do capital para todos os setores da vida, que as sucessivas ondas de subsunção representa, tende, a um tempo, a colocar as possibilidades liberatórias num nível mais elevado, mas também, reforçar os mecanismos de controle a serviço do capital ou do Estado capitalista.

Não há evidentemente solução para o dilema que não passe pela consideração do fator subjetivo e da constituição da consciência para si de uma classe trabalhadora cujas características sociológicas ainda não estão bem esclarecidas, tendo em vista que o próprio processo de reestruturação ainda não foi concluído. Em todo caso, é este o aspecto que os estudos culturais críticos deveriam privilegiar, justificando sua relação de complementaridade com a crítica da economia política.

Esta última, por sua vez, ao esclarecer o modo específico em que a contradição entre forças produtivas e relações de produção se estabelece na atualidade – com a expansão da socialização do trabalho em nível global e, em especial, de um trabalho crescentemente comunicacional e informático, que se articula através das modernas redes telemáticas e exige, para funcionar, a mobilização de um instrumental cognitivo sofisticado, de que o trabalhador padrão do período anterior não dispunha – ilumina o trabalho daqueles, quando reafirma o caráter contraditório do processo. Assim, se não se pode, como deveria ser óbvio, afirmar que a nova classe trabalhadora surgida da Terceira Revolução Industrial seja mais consciente ou potencialmente revolucionária que a sua antecessora do século XX, visto que a sua subsunção, pelas próprias características do trabalho intelectual, só foi possível com base na constituição de formas avançadas de autocontrole e de cooptação dos seus extratos mais elevados, numa situação de enormes e crescentes assimetrias internas, tampouco se pode afirmar o contrário.

Isto porque aquele caráter informático, comunicacional e extremamente socializado do trabalho intelectual aponta efetivamente para uma possibilidade concreta de formas alternativas e possivelmente mais adequadas de organização da luta contra-hegemônica do que aquelas do velho movimento operário europeu e asiático que levaram às revoluções proletárias do século XX – contra, diga-se de passagem, as definições da primeira ortodoxia marxista – e aos chamados “equívocos” que, para Sohn-Rethel, (1989) estavam ligados à desconsideração da necessidade de superação da separação entre trabalho manual e intelectual. Superação cuja

necessidade a elite política soviética, por exemplo, jamais se colocou, aderindo, isto sim, ao contrário, às teses tayloristas, com o produtivismo stakanovista. A atual reestruturação capitalista coloca novamente em primeiro plano a possibilidade de superação da separação multi-secular entre trabalho manual e intelectual (BOLAÑO, 2002), mudando radicalmente a concepção convencional da relação entre intelectual, classe e partido. A isto deveria dedicar-se, com todo o cuidado, a Ciência Política gramsciana e marxista hoje.

Seja como for, está certo Alain Herscovici ao procurar os limites da forma mercadoria, explicitando que a lógica clássica do capitalismo, surgida da Primeira Revolução Industrial, já não funciona, em todo caso, como antes, dando origem a uma forma regressiva, própria do capital financeiro – como também nota Rui Braga, seguindo a boa leitura de Chesnais (1996) e outros expoentes atuais da crítica da economia política – que aponta para um novo tipo de capitalismo, diferente do modo de produção capitalista, descrito por Marx, mas não do capitalismo histórico de Braudel (1979, 1985) ou Wallerstein (1983). Nessas condições, a classe trabalhadora se defronta com uma encruzilhada da História, podendo sucumbir à lógica especulativa e rentista do capital financeiro ou, contra todas as previsões, construir uma alternativa mais humana.

A subsunção do trabalho intelectual acadêmico e a extensa socialização da produção que o caracteriza apontam, como tive a oportunidade de verificar em meus estudos empíricos, para os limites da forma mercadoria, ligados ao caráter de bem público do conhecimento e inquantificável do valor, tornando completamente arbitrária a apropriação deste último, definida agora, em bases puramente jurídicas, nos termos de um pré-capitalismo revisitado, sob a forma de direitos de propriedade intelectual (BOLAÑO, 2003b, 2005; BOLAÑO; KOBASHI; SANTOS, 2005). O caráter contraditório dessa situação, que abre possibilidades de auto-determinação e ao mesmo impossibilita a sua efetiva realização pode ser bem esclarecido, em termos econômicos, considerando aquele duplo movimento de que falávamos, Alain Herscovici e eu, de expansão coordenada da lógica mercantil e de um setor não mercantil, de economia solidária, como no caso dos chamados *softwares* livres, o que se dá, hoje, a serviço do capital, mas apontando já para a possibilidade de um novo e mais avançado modo de produção (HERSCOVICI; BOLAÑO, 2005).

Referências

BELL, D. *El advenimiento de la sociedad post industrial*. Madrid: Alianza Editorial, 1976.

BOLAÑO, C. Economía Política, Globalización y Comunicación. *Nueva Sociedad*, n. 140, Caracas, 1995.

_____. *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v.15, 2º sem, 2002.

_____. Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria Cultural. *Eptic On Line* v.3, set dez. 2003. Disponível em:<www.eptic.com.br>. Acesso em: jan 2004.

Liinc em Revista, v.3, n.1, março 2007, Rio de Janeiro, p. 33-42 <http://www.ibict.br/liinc>

_____. Economia política do conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo In: V ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Belo Horizonte: 2003. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: Ancib, 2003..

_____. O projeto Genoma Humano da FAPESP: modelo para a Economia do Conhecimento? In: 29º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 2005. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ANPOCS, 2005.

BOLAÑO, C.; HERSCOVICI, A. A Crítica da Economia Política da Informação e do Conhecimento In: CONGRESSO DA SEP. Campinas, 2005. *Anais eletrônicos...*[S.l]: SEP, 2005.

BOLAÑO, C.; MATTOS, F. M.. Conhecimento e Informação na atual Reestruturação Produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento. *Datagramazero. Revista de Ciência da Informação*, vol. 5, n. 3, junho, 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br>. Acesso em: jan. 2005.

BOLAÑO, C.; KOBASHI, N.; SANTOS, R.. A lógica econômica da edição científica certificada In: VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Florianópolis, 2005. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: ANCIB, 2005.

BOURDIEU, P. La production de la croyance. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 13, Paris, 1977.

BRAGA, R. Crônicas de autômato: o infotaylorismo como contratempo. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Ibict (no prelo).

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme Xvème-XVIIème siècle 2. Les jeux de l'échange*. Paris: Armand Colin, 1979.

_____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Champs Flammarion, 1985.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996a.

_____. (org.) *La mondialisation financière: genèse, coût et enjeux*. Paris: Syros, 1996b.

CORIAT, B. *Science, technique et capital*. Seuil: Paris, 1976.

GARNHAM, N. La Sociedad de la Información como ideología: una crítica. *Primer foro de las comunicaciones: desafíos de sociedad de la información en América Latina y en Europa*. Santiago (Chile): UNICOM/Lom Ed., 2000.

HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

HERSCOVICI, A. Capital intangível, trabalho e direitos de propriedade intelectual: elementos de análise. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Ibict (no prelo).

KRADER, L. *Marx's Ethnological Notebooks*. Assen, 1974.

_____. *Evolução, Revolução e Estado: Marx e o Pensamento Etnológico*. In: HOBBSAWN, E. *História do Marxismo*, vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI, 1980.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. São Paulo: Record, 2001.

_____. *Multidão. Guerra e Democracia na era do império*. São Paulo: Record,

NEGRI, A.; LAZZARATO, M. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

WALLERSTEIN, I. *El capitalismo histórico*. México: Siglo XXI, 3ª ed., 1998.